

“América Latina” como espaço-discurso: dependência e neoliberalismo na constituição identitária

“América Latina” como espacio-discurso: dependencia y neoliberalismo en la constitución identitaria

“Latin America” as discourse-space: dependency and neoliberalism in the constitution of identity

Rick Afonso-Rocha¹

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

rarochoa@uesc.br

RESUMO: Este artigo propõe uma abordagem discursiva do significante “América Latina”, compreendendo-o como um *espaço-discurso* constituído pelas condições ideológicas de produção que regulam os sentidos políticos, históricos e identitários atribuídos à formação social. Ao articular autores da Teoria da Dependência, da Análise do Discurso e do pensamento latino-americano, defende-se que a “América Latina” não é apenas uma unidade geográfica, mas um artefato ideológico-discursivo que expressa a relação periférica com o capitalismo global, sendo regulada por padrões de reprodução econômica subordinados aos interesses imperialistas. A análise discute o papel do progressismo e do neoliberalismo enquanto formas articuladas de sustentação do modo de produção capitalista, e argumenta que os discursos políticos dominantes, incluindo a polarização democracia-fascismo, operam como dispositivos de neutralização das forças anticapitalistas, ocultando as determinações estruturais da dependência. O artigo conclui que é preciso reposicionar o debate sobre identidade, espaço e política na *América Latina* por meio de uma concepção discursiva da espacialidade.

Palavras-chave: América Latina; Espaço-discurso; Capitalismo dependente; Neoliberalismo; Ideologia.

RESUMEN: Este artículo propone un enfoque discursivo del significante “América Latina”, entendiéndolo como un espacio-discurso constituido por las condiciones ideológicas de producción que regulan los sentidos políticos, históricos e identitarios atribuidos a la formación social. Al articular autores de la Teoría de la Dependencia, del Análisis del Discurso y del pensamiento latinoamericano, se sostiene que “América Latina” no es únicamente una unidad geográfica, sino un artefacto ideológico-discursivo que expresa la relación periférica con el capitalismo global, regulado por patrones de reproducción económica subordinados a los intereses imperialistas. El análisis discute el papel del progresismo y del neoliberalismo como formas articuladas de sostenimiento del modo de producción capitalista, y argumenta que los discursos políticos dominantes, incluida la polarización democracia-fascismo, operan como dispositivos de neutralización de las fuerzas anticapitalistas, ocultando las determinaciones estructurales de la dependencia. El artículo concluye que es necesario reubicar el debate sobre

¹ Professor substituto em Letras na UFPE. Professor da educação básica no estado da Paraíba. Doutor e mestre em Letras: Linguagens e Representações (UESC). Advogado (OAB/BA).

identidad, espacio y política en *América Latina* a través de una concepción discursiva de la espacialidad.

Palabras clave: América Latina; Espacio-discurso; Capitalismo dependiente; Neoliberalismo; Ideología.

ABSTRACT: This article proposes a discursive approach to the signifier “Latin America”, understanding it as a discourse-space shaped by the ideological conditions of production that govern the political, historical, and identity-related meanings attributed to the social formation. Drawing on authors from Dependency Theory, Discourse Analysis, and Latin American thought, the article argues that “Latin America” is not merely a geographic unit but an ideological-discursive artifact that reflects its peripheral relationship to global capitalism, structured by economic reproduction patterns subordinated to imperialist interests. The analysis discusses the roles of progressivism and neoliberalism as interlinked forms of sustaining the capitalist mode of production and contends that dominant political discourses, including the democracy-fascism polarization, function as mechanisms for neutralizing anti-capitalist forces, concealing the structural determinations of dependency. The article concludes by emphasizing the need to reposition the debate on identity, space, and politics in Latin America through a discursive conception of spatiality.

Keywords: Latin America; Discourse-space; Dependent capitalism; Neoliberalism; Ideology.

Introdução

No imaginário social, a expressão “América Latina”² aparece tanto como o continente das revoluções quanto o continente das ditaduras. Isso acontece, conforme Gaudichaud (2019), porque “Latinoamérica”, tomada como evidência geográfica, teria atravessado efetivamente uma série de conflitos sociais, econômicos, ideológicos e políticos nos séculos XX e XXI. Assim, o interdiscurso, produz a discursividade social com efeito de evidência: “é o imaginário social”. Como mostrou-nos Baczko (1985), a imaginação social tem historicidade e constitui um efeito, uma unidade imaginária que coloca em cena uma ideia de consenso social, de aceitabilidade e apaga as condições ideológicas e políticas de produção da “opinião pública”.

Nesse imaginário, para além da imagem do “herói guerrilheiro/campesino”, cristalizada em figuras como Carlos Marighella, Emiliano Zapata e Che Guevara, o subcontinente expressaria a imagem de frequentes irrupções e insurreições das classes subalternizadas. No tabuleiro político da classe dominante, as imagens que cortam essa espacialidade seria a do colonialismo, do imperialismo e das ditaduras militares. Economicamente, também haveria a imagem oriunda do padrão de acumulação capitalista agrário-industrial-exportador, dissimulada no tal *celeiro do mundo*: “[...] o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora, até finalmente chegar a uma formação socioeconômica dependente capitalista-industrial” (Bambirra, 2019, p. 78).³

A “região” é, portanto, “conhecida” pelo funcionamento do capitalismo dependente (com o apagamento da dependência) e pela relação que se estrutura com os países centrais e imperialista, responsável pela determinação dos processos históricos concretos. Dessa forma, compreendo que o ponto de partida para a compreensão da matriz enunciativa da formação

² Este artigo é o primeiro de um conjunto de quatro estudos derivados de minha tese de doutorado, nos quais busco compreender, a partir de uma perspectiva materialista-discursiva, os funcionamentos ideológicos e políticos do discurso da “ideologia de gênero” na *América Latina*. Nesta etapa, abordo o significante “América Latina” como *espaço-discurso*. Na segunda parte, dedico-me à descrição das condições materiais de produção do discurso em questão. O terceiro analisa a adjetivação da direita (“extrema”, “nova”, “autoritária” ...) como estratégia discursiva; e o quarto apresenta a análise empírica propriamente dita, com base em material coletado em espaços de formulação e circulação da chamada “ultradireita latino-americana”. A divisão em quatro textos relativamente autônomos justifica-se pela extensão e complexidade do objeto, bem como pelos diferentes focos analíticos de cada etapa.

³ “Na América Latina, as classes médias se desenvolveram através da expansão das burguesias agrário-exportadora e industrial, alternando, então, seu apoio entre elas à medida que os projetos de uma ou outra aparentassem ser melhores para o desenvolvimento do país. À medida que o projeto da burguesia industrial se apresentou como ‘a alternativa mais capaz para conduzir o processo de modernização, expansão, criação de novos empregos e promoção de melhorias consideráveis no nível de vida de vastos setores das classes médias’, elas passaram a apoiar o setor industrial.” (Fidelis, 2024, p. 58).

socioespacial⁴ “latino-americana” perpassa a compreensão do funcionamento ideológico-discursivo do capitalismo dependente, “[...] de su estructura económica en tanto relación social y soporte de determinadas relaciones políticas de dominación, es el concepto *patrón de acumulación y de reproducción de capital*” (Sotelo Valencia, 2014, p. 47). Nessa direção, as imagens de “América Latina” são condicionadas, também, pelo

[...] funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que, por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado (Bambirra, 2019, p. 77).

Essa imagem foi encetada também a partir das políticas progressistas neoliberais no subcontinente que, como veremos, tiveram como efeito a reprimarização da pauta exportadora pelo crescimento da participação das *commodities* (Saad Filho; Moraes, 2018). “Isso foi acompanhado por uma mudança acentuada no imaginário social, às custas de forte propaganda midiática financiada por empresas transnacionais [e pelos governos progressistas], promovendo uma percepção geral do setor cada vez mais ligada a conglomerados industriais e financeiros” (Perpetua; Thomaz Júnior; Garvey, 2022, p. 819).

O padrão de acumulação “latino-americano” expressa as relações entre as estruturas de acumulação, produção, circulação e distribuição, pelas quais o mercado mundial desempenha o papel central no funcionamento das economias dependentes, de modo que as condições de produção discursivo-ideológicas são governadas desde tal prisma. Sendo, portanto, um padrão exportador de corte neoliberal (Osorio, 2012). Disso resulta, que o modelo neoliberal, inclusive em sua vertente progressista, é fundamentalmente parasitário (Valenzuela Feijóo, 1995; Valenzuela Feijóo et al., 2015), levando, inevitavelmente, ao estancamento estrutural da economia. Assim,

[...] entendemos por patrón de reproducción exportador de corte neoliberal a la presente fase del capitalismo dependiente latinoamericano que tiende a especializar y monopolizar las actividades productivas en función del mercado mundial (privilegiando las exportaciones de origen industrial o de cierto contenido agregado por la producción nacional y/o las importaciones), a partir de la aplicación, por el Estado, de políticas económicas de apertura comercial, privatización de las empresas

⁴ “Como pudemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria de formação social? Só o atraso teórico conhecido por essas duas noções pode explicar que não se tenha procurado reuni-las num conceito único. Não se pode falar de uma lei separada da evolução das formações espaciais. De fato, é de formações socioespaciais que se trata” (Santos, 1982, p. 19).

del sector público, corrección de los desequilibrios de la balanza de pagos y del déficit financiero del gobierno (Sotelo Valencia, 2014, p. 49-50).

O estancamento econômico é um resultado esperado e projetado pelo modelo neoliberal, visto que o padrão de reprodução dependente neoliberal, buscando consolidar-se, aplica políticas econômicas em concordância com a necessidade de expansão do sistema capitalista, de sua globalização, como, por exemplo, privatização econômica, endividamento externo, políticas antinflacionárias para alcançar a estabilidade monetária; o que acaba resultando, inevitavelmente, numa política de ajustes, na contenção dos salários reais dos trabalhadores e na redistribuição regressiva (Sotelo Valencia, 2014). Isso leva-nos as políticas de contenção, ensejadas no seio do próprio neoliberalismo. Embora algumas delas cheguem a ensaiar, performaticamente é claro, uma crítica à razão neoliberal, como certas vertentes do progressismo, a contenção é um efeito esperado do próprio neoliberalismo, um efeito decorrente do seu funcionamento de sustentabilidade. É assim que o progressismo neoliberal se torna o pretexto do neoliberalismo para implementação do choque – *capitalismo de desastre*, na expressão de Klein (2007) – “ultraneoliberal”⁵, pela hiper-austeridade.

América Latina: progressismo e dependência

A dinâmica progressismo-ultraliberalismo, performatizada em democracia-fascismo, é funcional ao padrão de reprodução dependente exportador. É nessa *atmosfera* que emerge o discurso político contemporâneo, que é plasmado o medo ao comunismo, o pânico moral, o medo ao progressismo na figura dos homossexuais que perverteriam as infâncias, do movimento negro que estaria roubando as oportunidades das pessoas brancas, das feministas que estariam desvirtuando as famílias, do movimento sem moradia, dos movimentos camponeses e indígenas que estariam invadindo nossos lares...

O chamado neoliberalismo (é o mesmo liberalismo) cria, portanto, as condições de emergência do progressismo como política reativa a essa mesma razão liberal, dentro dos padrões do próprio sistema. Ou seja, sem que essa reação possa estabelecer um risco real à reprodução capitalista e ao padrão de acumulação dependente. Posteriormente, o liberalismo cria as condições de emergência do “neofascismo neoliberal” como reação tanto econômica

⁵ “Ultraliberalismo” é apenas um eufemismo reverso para produzir a razão liberal como “moderada”, “responsável” e “aceitável”. Desde Pinochet, o que temos é o capitalismo de matriz liberal.

quanto moral aos “perigos (imaginários) do progressismo”. Essa suposta ameaça é usada como pretexto para avançar políticas de austeridade econômica, força motriz dos interesses capitalistas, mas também para o avanço de pautas morais, já que aquele quadro de medo foi pintado com a exploração afetiva de anseios de grupos conservadores, a exemplo da pequena burguesia (conceito mais moral que político) e dos setores religiosos cristãos. Como disse Maria Lacerda de Moura (2012), a paternidade do *fascismo* é compartilhada entre a o capital e a igreja:

Perdendo o seu poder religioso e confessional, perdendo seu prestígio, a Igreja serve-se de todos os aventureiros da política, revolucionários, incendiários, ateus antirreligiosos, do gênero de Hitler e Mussolini para tornar-se, de novo, por detrás desses arlequins sem caráter e sem consciência, a senhora de todo o orbe, dominando os povos e os Estados pelo terror e pelo fanatismo sanguinário (Moura, 2012, p. 9).

É uma dívida a ser paga para evitar a contestação dos grupos conservadores, bem como para fazer movimentar tais sujeitos quando a necessidade de a expansão capitalista assim reclamar. Dessa forma, as elites, que exploram as pautas morais pela indústria cultural com o mercado das diversidades, “paradoxalmente”, “toleram” o regressismo moral. Contudo, essa “tolerância” ou apoio é também apagado, de modo a desresponsabilizar o capitalismo pelas políticas ultraconservadoras, evitando, com isso, que uma força com qualquer potencial anticapitalista se forme em torno das políticas de identidade. Os movimentos identitários são direcionados à aproximação com as forças progressista, tendo, portanto, desarticulado quaisquer possibilidades de enunciação revolucionária; sendo orientados à luta por reconhecimento jurídico nos limites da manutenção do sistema.

Uma fantasia que percebo é que aqueles que tentam consertar as feridas do capitalismo com soluções sistêmicas falham em abordar o problema de maneira concreta. Oferecer pequenos direitos ou benefícios, em vez de resolver as questões estruturais da sociedade, é um exemplo disso. Ao conceder esses direitos, o capitalismo mobiliza uma guerra simbólica, fazendo com que a “classe média” veja a “crise” econômica e a corrosão social como consequências da concessão de direitos sociais, silenciando a responsabilidade do padrão reprodutor dependente e neoliberal. Com isso, gerencia-se o ódio e o ressentimento. Por outro lado, aqueles beneficiados pelos direitos sociais renovam suas esperanças no sistema, enquanto seus medos são direcionados aos setores que reagem contrariamente a essas concessões. Esse confronto pode levar a rupturas institucionais, como vimos no Paraguai em 2012, no Brasil em 2016, ou até mesmo nas tentativas na Bolívia em 2024. Isso tensiona ainda mais a polarização social.

A solução sistêmica que surge para essa polarização social é o *fascismo*, seja ele real ou sua produção imaginária. Se antes o *fascismo* funcionava como um mecanismo de contrainsurgência frente às insurgências reais, atualmente parece que o capital incita a produção do *fascismo imaginário*⁶ como resposta às insurgências igualmente imaginárias. Não que o *fascismo* real não possa ser acionado pela burguesia, mas ele funciona como uma *ultima ratio regum*, um mecanismo de proteção ativado quando a burguesia realmente se sente ameaçada. Como não é esse nosso tempo histórico, o modo de produção capitalista opera por meio do gerenciamento afetivo, criando o *fascismo imaginário*. Para que esse *fascismo imaginário* seja percebido como real, um golpe aqui ou ali é efetivado. Esses golpes não inauguram períodos fascistas, na verdade. Embora se construa como antissistêmico, o *fascismo* real torna-se a forma necessária de desaguadouro da sociedade capitalista quando essa realmente sente-se ameaçada. A distância imaginária entre democracia liberal e *fascismo* é garantida pela teatralização deimofágica, com sua produção incessante de inimigalidades e guerras imaginárias em prol da perpetuação dos interesses capitalistas.

Dessa forma, o problema não são apenas figuras lidas como de inclinação *fascista*, como Milei, Trump ou Bolsonaro, mas sim a estrutura social que propicia o surgimento dessas lideranças como estratégia de mobilização afetiva. Contudo, o progressismo liberal enxerga apenas as figuras, ignorando a estrutura. Para tentar conter essas personalidades, investe na radicalização da polarização, fabricando uma “realidade *fascista*” como uma emergência que nos força a “aceitar” a política do “mal menor”.

Podemos observar isso neste exato momento. Diante da mais agressiva agenda neoliberal de austeridade da última década, patrocinada pelo ministro do governo progressista, Fernando Haddad, vemos, na mesma semana, o deputado progressista do PT, Lindbergh Farias, afirmar: “*Lula é nossa única chance para conter o retorno do fascismo em 2026*”⁷. Com esse enunciado, Farias buscava convencer Jones Manoel e Renato Freitas, dois militantes revolucionários, de que as críticas direcionadas ao *estelionato eleitoral* realizado por Lula – ao aplicar a agenda neoliberal, a despeito de suas promessas de campanha – estariam fortalecendo a “ultradireita”. Perceba-se que esse enunciado faz funcionar alguns pressupostos: que atualmente não estaríamos vivendo mais o *fascismo*, supostamente derrotado por Lula nas

⁶ “Assistimos desde 1945, isto é, desde a queda dos regimes efetivamente ‘fascistas’, a uma vã ‘multiplicação de fascismos imaginários’. O antifascismo, tal como se degradou depois desses abusos de uso, reduz-se hoje em dia a um miserável ‘conjunto de atitudes mentais, de representações estereotipadas e de crenças que se tornaram slogans’” (Angenot, 2015, p. 169).

⁷ INSTITUTO Conhecimento Liberta. O que a esquerda deve fazer para recuperar o espaço perdido? *Canal do Youtube ICL*. 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xJ3Zv1-ahE>. Acesso em: 27 out. 2024.

eleições de 2022; que o *fascismo* pode ser derrotado eleitoralmente; e que, diante do risco de um retorno do *fascismo* em 2026, com a saída de Lula da presidência, seria melhor aceitar os ajustes fiscais e a política de austeridade, afinal, Lula precisa conciliar com setores conservadores que o apoiarão futuramente para impedir o *fascismo que vem*⁸. Implicitamente, também se sugere que esses setores, com os quais Lula estaria conciliando, supostamente apoiariam sua candidatura em 2026 desde que ele aplicasse o programa neoliberal, em detrimento dos interesses da classe operária. Mas não estariam esses setores preocupados com o *fascismo* vindouro, uma vez que poderiam facilmente retirar seu apoio a Lula? Pergunto: se o *fascismo* que se aproxima é real, esses setores também não seriam *fascistas*, já que atrelam seu apoio à implementação de políticas econômicas contra a classe trabalhadora?

Conforme Klein (2007), o processo funciona da seguinte forma: uma crise (econômica, social, política ou ambiental) provoca um estado de choque coletivo na população. A “sociedade”, imaginariamente desorientada e vulnerável, acaba aceitando mudanças que, em circunstâncias normais, seriam inaceitáveis ou fortemente contestadas. Durante uma “crise”, as elites econômicas aproveitam o caos para introduzir reformas radicais de mercado – como privatizações, cortes nos serviços públicos, flexibilização das leis trabalhistas e desregulamentação. Essas medidas beneficiam as grandes corporações e os capitalistas investidores, enquanto os mais vulneráveis sofrem as consequências. A estratégia visa a transferir ativos públicos para o setor privado, com governos implementando reformas rápidas e profundas antes que a “população” tenha tempo de reagir.

Com isso, precisamos reconhecer que, ao passo que a classe trabalhadora é muito *débil*, o capital é muito poderoso: “Y es justamente esta debilidad em general de la clase obrera y de las clases explotadas – causadas em parte por el control del Estado y gestionada por él – la que explica, política e ideológicamente, la imposición de las políticas de austeridad y de superexplotación por parte del capital y del Estado” (Sotelo Valencia, 2014, p. 197). Logo,

Estos *mecanismos acumulativos de la dependencia* facilitan la penetración del capital extranjero en la economía industrial de los países dependientes, operando al lado de otros tres factores que son, en primer lugar, la fuerte dependencia del

⁸ O *fascismo que vem* pode ser entendido como uma construção imaginária que se articula como resposta imaginária à *comunidade que vem* (Agamben, 2013), caracterizada pela pluralidade e pela ausência de uma identidade fixa. Neste contexto, o *fascismo* não se apresenta apenas como um movimento político, mas como um fenômeno afetivo que mobiliza temores sociais e cria narrativas de ameaça. Essa produção imaginária busca não apenas reafirmar identidades coletivas rígidas, mas também *polemizar* o discurso social. Atualmente, essa forma de *fascismo* se manifesta por meio de uma gestão afetiva que canaliza a insatisfação social para a criação de inimigos virtuais, de modo a fabricar guerras imaginárias, impedindo a articulação do *páthos* revolucionário. O *fascismo que vem* deve ser considerado como expressão dos discursos políticos sobre o *fascismo* que, com efeito, funcionam como ferramentas de manutenção da sociabilidade mercantil, obscurecendo o antagonismo real.

mercado mundial; en segundo lugar, la dependencia de la industrialización de las importaciones de maquinaria, instrumentos y materias primas procesadas en los países avanzados y, por último, el control de las patentes de las nuevas tecnologías, propiedad de las empresas extranjeras, las cuales imponen los términos y las condiciones de su utilización en función de sus intereses particulares (Sotelo Valencia, 2014, p. 53).

Isso significa que o próprio padrão de acumulação do corte neoliberal governa e administra a rede enunciativa que emerge como oposição performática a ele. Esse processo dá vazão ao discurso progressista, enquanto simultaneamente se opõe a esse discurso, fomentando uma vertente mais radical do neoliberalismo ultraconservador. Essa vertente é marcada pela fabricação de inimizadas imaginárias, as quais são responsabilizadas pela crise estrutural e pelo agravamento da corrosão social. Com isso, o neoliberalismo e o capitalismo são desresponsabilizados, o que impede o debate sobre temas cruciais, como a perpetuação da dependência, a penetração do capital estrangeiro, a desindustrialização, o colapso ambiental e a dependência tecnológica. Além disso, silencia sobre as políticas que asseguram a continuidade da dependência, bem como sobre a gravidade das mudanças climáticas e a provável extinção da espécie humana como decorrência concreta da ideologia do desenvolvimentismo, do progresso e do modo de produção capitalista.

Ao longo da história “latino-americana”, tivemos, conforme Sotelo Valencia (2014) e Osorio (2012), quatro formações histórico-sociais dependentes, cada uma com seus respectivos padrões de reprodução do capital, a saber: a) uma formação socioeconômica dependente colonial exportadora (1521-1850); b) uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora (1850-1945); c) uma formação socioeconômica dependente capitalista-industrial (1950-1982); d) uma formação social sustentada no padrão de reprodução especializado na exportação (1982-atualidade).

Na classificação de Sotelo Valencia (2014), esses padrões são assim identificados: Padrão “a” – colonial; Padrão “b” – primário-exportador de primeira geração; Padrão “c” – diversificação industrial para o mercado interno; Padrão “d” – dependente neoliberal de especialização produtiva e demanda externa. Esse último Padrão (“d”) é subdividido em duas modalidades: “d1” – padrão secundário-exportador, com ênfase nas exportações de manufaturas, que é o padrão da economia brasileira e argentina, por exemplo. Com os governos progressistas, houve uma modernização tecnológica da indústria agrária brasileira e argentina, voltada para as exportações, com a aquisição de alta tecnologia externa para o aperfeiçoamento e maximização da produção e distribuição; “d2” – padrão primário-exportador de segunda geração, com ênfase nas exportações primárias e nas indústrias maquiladoras, sendo o padrão

da economia mexicana. Isso deriva da forte dependência estrutural que o México possui em relação à economia norte-americana.

O papel desempenhado nas últimas décadas pelo imperialismo chinês no subcontinente, que busca se converter no novo centro da economia capitalista, tem provocado mudanças significativas, não apenas nas políticas econômicas da “América Latina” e em seu quadro político – a exemplo do golpe parlamentar de 2016 no Brasil –, mas também tem ensejado mudanças na matriz econômica do padrão de reprodução dependente:

[...] todo apunta a marcar una tendencia para modificar dicho patrón em función de la producción y exportación de bienes primarios, y con una cierta inclinación hacia la demanda china, ello dependerá de los cambios que operen en el mercado mundial y en la división internacional del trabajo donde el comportamiento de la economía china desempeña un rol fundamental (Sotelo Valencia, 2014, p. 132).

A política econômica (e seus efeitos, como o antropoceno) é mascarada em política moral. Assim como movimenta-se as posição-sujeitos em defesa de mais neoliberalismo como solução à corrosão social.⁹ O debate é capitalizado em torno dos significantes “democracia” e “fascismo”, escamoteando as políticas econômicas e o funcionamento do padrão de acumulação exportador dependente. A moralização política acaba por esconder que o “fascismo”, antes de ser um desvio do modo de produção capitalista, um desvio da rota capitalista, constitui, em verdade, uma expressão da política de perpetuação do capitalismo, um dos seus meios de sustentabilidade. Com isso, o neoliberalismo fraturou e fragmentou o movimento operário e sindical “[...] lo que, obviamente, opera a favor del capital y de la imposición de las reformas estructurales” (Sotelo Valencia, 2014, p. 197).

O neoliberalismo trabalha a evitar que se forme uma força anticapitalista, buscando evitar a construção de uma identidade coletiva que, sem desprezar a pluralidade de contradições (gênero, raça, sexo...), afirme a primazia da classe e oriente a tomada de posição contra o modo de produção capitalista. E o neoliberalismo sabe que independente da força política que ocupe o poder, “[...] amalgamado con la partidocracia y em el patrón neoliberal, sólo será contenido mediante la construcción de un poderoso movimiento social, popular y político alternativo que sea capaz de articular a todas las clases sociales explotadas [...] con el fin de erigir un proyecto de transición anticapitalista y antiimperialista” (Sotelo Valencia, 2014, p. 201). É por isso que

⁹ “[...] el patrón parasitario de acumulación dependiente de capital beneficia fundamentalmente a las fracciones burguesas enclavadas en el gran capital-dinero de préstamo, o capital bancario y financiero. En segundo lugar, figuraban las fracciones del gran capital monopolístico industrial y, por último, las correspondientes al capital monopolístico extranjero, fusionado en la industria y en los negocios financieros donde operan regularmente de manera hegemónica las empresas transnacionales del capital norteamericano” (Sotelo Valencia, 2014, p. 173).

o neoliberalismo funciona a produzir inimizade, afirmando uma política de identidade neoliberal, baseada na luta por reconhecimento (mercado de identidades) e desgastando as organizações classistas e o movimento sindical, inclusive com sua profissionalização pelos governos progressistas, o chamado *sindicalismo corporativo*, quando as principais centrais sindicais se tornaram braços políticos a serviço dos partidos progressistas (Souza, 2015), a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com sua adesão ao governo Lula (Antunes, 2011).

Penso que é nessa conjuntura que emerge um dos discursos reitores da política contemporânea na atualidade: o discurso da “ideologia de gênero”, como também o discurso do “globalismo”, em geral. O que estou chamando de “discurso da ideologia de gênero” e “discurso do globalismo” refere-se às “narrativas”, imaginariamente, articuladas a partir da matriz ideológica da “ultradireita”. Esses discursos alegam alertar a sociedade sobre os riscos que a “atuação esquerdista” representaria para As crianças, a pátria, a masculinidade, os valores cristãos e a paz. Ao mencionar “discurso da”, não estou endossando a tese de que existe uma “ideologia de gênero” ou uma “ideologia globalista”, nos termos das “extremas direitas”, promovida pela “esquerda” como parte de uma suposta estratégia global de tomada de poder. Pelo contrário, o “discurso do globalismo”, que incluiria o “discurso da ideologia de gênero”, expressa o funcionamento enunciativo-ideológico de comunidades discursivas, imaginariamente associadas à direita e “extrema-direita”, que criam esse *efeito de alerta* através da “evidenciação” de um pretenso comunismo; infelizmente, imaginário. Esse funcionamento produz, como efeito, a hegemonização do debate político em torno do binômio democracia-fascismo, impossibilitando a articulação de um movimento radical anticapitalista, pelo apagamento da responsabilidade do padrão de reprodução de corte neoliberal dependente, seja ele progressista ou ultraconservador, pela corrosão social e impedindo que a emergência real do nosso tempo, o colapso ambiental, pautado o efeito de discurso social.

Por isso, compreendo que a dependência “latino-americana”¹⁰, tomada como processo estrutural do capitalismo, não apenas orienta a rede de dizeres políticos no subcontinente como também atravessa o próprio sentido de Política, pela qual emerge a “América Latina” como *espaço-discurso* na modernidade, visto que “[...] los países que se ubican en la periferia del capitalismo necesariamente tienen que reproducir sus relaciones económicas, sociales y políticas en torno a las dinámicas e intereses de los países hegemónicos del capitalismo avanzado” (Sotelo Valencia, 2014, p. 55). Isto porque as chamadas economias dependentes, a

¹⁰ Para a compreensão da realidade socioespacial “latino-americana” na atual fase neoimperialista, consultar Ramírez Kuri, Fidelis e Branca (2022).

exemplo daquelas que “íntegram” o subcontinente, reproduzem seus processos de acumulação, bem como as relações sociais de suas formações socioespaciais, passando, necessariamente, pelos circuitos das economias industrializadas. Especialmente, para aquisição dos meios de produção, as tecnologias, através de importações (Oswald, 1979). “En contrapartida, la superexplotación del trabajo, el endeudamiento externo y las exportaciones (sea de productos primarios o industriales), se convierten en el eje del crecimiento de la economía dependiente” (Sotelo Valencia, 2014, p. 49).

Assim, a viabilização eleitoral de políticos ultraconservadores foi construída e respaldada pelo grande capital. A mobilização *fascista* não ameaça o capital. Ao contrário, lhe é funcional. Um exemplo paradigmático é a disputa eleitoral brasileira de 2018. Para que, em 2022, o discurso em torno da formação de uma frente ampla contra o *fascismo* fosse possível, a tal ameaça precisava ser formulada:

[...] Jair Bolsonaro era el candidato favorito del capital doméstico y global. Todas y cada una de las asociaciones empresariales lo apoyaron en la segunda ronda; The Wall Street Journal respaldó su candidatura llamándolo el ‘drenador de pantanos brasileño’, un duplicado sureño de Trump; tras su victoria, los mercados bursátiles saltaron de alegría. Para entonces, Bolsonaro era conocido por sus declaraciones de apoyo a la tortura, la dictadura militar y las matanzas de disidentes, por amenazar el cierre de las ONG y defender la relajación de las leyes sobre armas de fuego, y también por su odio hacia las personas LGTB, su misoginia flagrante y su desprecio por las comunidades marginales de afrobrasileños. También tenía un plan gubernamental en PowerPoint en el que encomiaba el espíritu emprendedor, los «valores auténticos» de Brasil (es decir, los conservadores) y los Gobiernos de tamaño reducido. No contenía ni una palabra sobre la protección del clima o de los bosques ni nada relacionado con el medioambiente [...] (Malm, Colectivo Zetkin, 2024, p. 294).

Como efeito, temos o fortalecimento da posição de centro, que se apresenta como neutra, como não ideológica; sendo, portanto, a alternativa razoável diante das supostas radicalidades, de esquerda e de direita. O debate democracia-*fascismo* desloca o discurso político para a defesa e ilustração de uma *tecnocracia*, a política como gestão administrativa. Não raro, começamos a escutar candidaturas afirmarem que, quando eleitas, a equipe de governo seria definida por critérios técnicos e não políticos e/ou ideológicos. A imagem do político é fabricada como um administrador, como um empresário da coisa pública, *vide* o resultado eleitoral, no Brasil, em 2024, com o crescimento de figuras e partidos “neutros”, que se afirmam não ideológicos (*PSD, Podemos, Republicanos, MDB, União Brasil*). Com isso, as agremiações partidárias de esquerda, buscando produzir sua viabilidade eleitoral, caminham, ainda mais, em direção ao centro, fraturando, inclusive, a própria ideologia de progressismo.

Dessa forma, o neoliberalismo mostra que o futuro da esquerda institucional é não ser esquerda, nem mesmo performaticamente. A polarização imaginária democracia-fascismo coloca em cena uma segunda polarização, essa mais efetiva, real, tal qual a dos Estados Unidos: Democratas e Republicanos. Um lado mais, digamos, “liberal”, o outro lado mais “reacionário”. Iguais em tudo. Esse discurso já se encontra em circulação:

Figura 1 - Postagem na rede X



Paradoxalmente, assim como o capitalismo fez da servidão um privilégio em relação a exploração do trabalhador (Antunes, 2018), o tal “neoliberalismo ultraconservador” trabalha para fazer do progressismo um sonho, um passado místico que muitos terão apenas lembranças. Por isso, investe-se na produção do progressismo como espectro do comunismo, produzindo esse mecanismo funcional do capitalismo. Com isso, busca-se neutralizar a possibilidade de construção de qualquer alternativa radical à forma política do capital. Já se afirmava, ainda em 2019, antes do *retorno de Lula*, a nova missão do progressismo. A “esquerda” passava a sonhar, não com o futuro, o progresso; mas com o passado, com o *regresso da esperança*:

*Lula tem de ser nosso Moisés, convencer o povo a atravessar o Mar Vermelho. Não há outro personagem que possa cumprir esse papel.*¹¹

Os espectros “latino-americanos”, contudo, fazem memória também dos processos de luta e resistências, por importantes processos históricos de ruptura com a ordem estabelecida e pelos vários projetos políticos de caráter revolucionários, anti-imperialistas, “[...] com frecuencia vencidos o aplastados por formas diversas de contra-revolución, autoritarismos estatales, acciones paramilitares e intervenciones estadounidenses” (Gaudichaud, 2019, p. 15).

¹¹ REDAÇÃO Brasil 247. 2019. Stédile: Lula foi escolhido pelo povo para explicar o que está acontecendo no país. *Brasil 247*, São Paulo, 15 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/stedile-lula-foi-escolhido-pelo-povo-para-explicar-o-que-esta-acontecendo-no-pais>. Acesso em 10 ago. 2024.

América de lutas

Antes da Revolução Russa, de 1917, foi a Revolução Mexicana, de 1910, que inaugurou a memória da ruptura, com levantamentos camponeses e indígenas. Podíamos elencar uma extensa lista de exemplos de experiências de resistências radicais, normalmente de natureza camponesa e indígena,¹² e sua mitologia revolucionária, que forjaram não apenas a modernidade política “latino-americana”, mas o próprio sentido de “nossa América” no político da modernidade e suas relações de classes. Isto porque, talvez,

O Continente onde o neoliberalismo nasceu – no Chile e na Bolívia – ainda mais se estendeu e encontrou um território privilegiado, tornou-se, em pouco tempo, o espaço de maior resistência e construção de alternativas a esse mesmo neoliberalismo. São duas faces da mesma moeda: justamente por ter sido laboratório das experiências neoliberais, a América Latina viveu a ressaca dessas experiências neoliberais, tornando-se o elo mais fraco da cadeia neoliberal (Sader, 2009, p. 32).

Na mitologia política da “nossa América”, pululam imagens e narrativas sobre a formação da “Grande Pátria”. Assim, sua significação desliza até uma geografia social que está, inexoravelmente, atrelada às raízes ideológicas que governam a posição-sujeito que reivindicará tal designação como identidade histórica e gentílico supranacional. “América Latina”, significante que retoma sentidos¹³ de *supranacionalidade* e de *identidade*, isto é, a constituição de um povo que perpassa as fronteiras nacionais por um elo de identificações histórico-cultural. Significante atravessado por sentidos em contradição: “pátria”, “nação”, “exploração”, “resistência”, “imperialismo”, “independência”, “dependência”. Uma disputa *significante* que inventa e movimenta a “nossa” territorialidade, o território geográfico, cultural, histórico, político, afetivo e subjetivo. O sonho da “Grande pátria”, as imagens de luta, da libertação prometida em Simón Bolívar, um dos primeiros a problematizar o “povo latino”, uma

¹² “[...] os mais proeminentes movimentos de resistência e revoltas na América Latina são de caráter camponês e indígena: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP), maior e mais poderosa guerrilha da América Latina, começou como milícia camponesa de autodefesa; o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) do México, uma das maiores referências da esquerda internacional, guerrilha heterodoxa de cunho indígena e camponês; e o Movimento dos Sem Terra (MST) do Brasil, outra grande referência da esquerda atual, de caráter eminentemente camponês. Todas as três trazem a questão da terra, seja para reivindicar um pedaço de solo fértil para aqueles que não o possuem, seja para lutar pela instauração de territórios autônomos em oposição à lógica estratégica (centralizadora e neoliberal capitalista) dos Estados-Nação” (Beck, 2010, p. 93-4).

¹³ “Se afirmamos que todo discurso produzido se insere em um processo discursivo que o determina, sob a forma dos elementos pré-construídos - isto é, produzidos em outros discursos anteriores a ele e independentes dele que se reproduzem por ele sob a determinação de seu interdiscurso pode-se prever que a constituição de um corpus discursivo, em referência a um plano sincrônico de definição das CP do discurso, produzirá um esquecimento do interdiscurso, sob a modalidade do apagamento do caráter pré-construído de certos elementos (sintagmas nominalizados, por exemplo) que todo discurso engloba. Esquecimento de que sempre-já há discurso...” (Courtine, 2014, p. 60).

unidade de radicalização da identidade coletiva dos países do subcontinente. Afetos ambíguos governados pela exploração-dependência da Europa e depois dos EUA, mas também pelo ímpeto anti-imperialista renovado, e depois desativado, em algumas versões dos progressismos dos anos 1990-2000... (Santos; Feldmann, 2021).

Conforme a contestação identitária bolivariana:

[...] no somos indios ni europeos, sino una especie media entre los legítimos propietarios del país y los usurpadores españoles: en suma, siendo nosotros americanos por nacimiento y nuestros derechos los de Europa, tenemos que disputar éstos a los del país y que mantenernos en él contra la invasión de los invasores [...] (Bolívar, 1815, online).

Bolívar acaba por inaugurar uma das primeiras designações identitárias de *americano*. Uma definição em negativo: *não somos índios, não somos europeus*. Os elementos negados não guardam, contudo, simetria. A identidade imaginada e afirmada se produz a partir da usurpação colonialista, mas a transcende, tornando-a legítima pelo signo do nascimento. O signo da dominação é afastado pelo nascimento nesta porção do território: os filhos dos europeus nascidos na “América”. Digamos, então, os filhos dos usurpadores cujos direitos emergem da Europa afirmam sua desidentificação colonialista e imperialista, ainda que seja a Europa que os regue com a legitimação identitária frente aos indígenas: “Embora americanos por nascimento, nossos direitos (ou seja, os dos *criollos*) procediam da Europa” (Altamirano, 2023, p. 16). Por isso a necessidade de se diferenciarem em relação aos primeiros habitantes. *Não somos indígenas* → logo → *eles não são americanos*. Embora ensaie um rompimento com os poderes das metrópoles, o sonho de libertação refaz a empreitada colonialista, encetando, paradoxalmente, uma identidade coletiva restrita. A “América” não será *de* ou *para* todos.

Inicialmente, a designação “criolla” era utilizada pelos europeus nativos para desqualificar a condição dos herdeiros dos colonizadores nascidos nas colônias. Essa denominação era usada pelos europeus peninsulares para marcar a inferioridade daqueles nascidos nas Américas. Logo, os chamados de *criollos* não se identificavam como tais. No curso do século XX, o termo é resgatado como categoria identitária durante a formação e a construção da ideia de nação, com a necessidade de os nascidos nas colônias marcarem sua distinção em relação aos povos indígenas. Cria-se a identidade *criolla* como configurador da nacionalidade “latino-americana”: “[...] as elites culturais *criollas* rastrearão no passado colonial tudo aquilo que pudesse conferir legitimidade e profundidade histórica à nova entidade política e seus dirigentes. Essa busca terá um de seus lugares no antigo *criollismo*, de onde selecionará

elementos para forjar a tradição nacional. Ali encontrarão seu lugar os discursos e as figuras precursoras.” (Altamirano, 2021, p. 132).

A identidade americana se perfaz na invocação simultânea dos crimes da “conquista” e do abuso dos direitos adquiridos pelos conquistadores, agora nomeados de “usurpadores”. É isso que Halperin Donghi (1993) observou que Bolívar expôs em sua Carta. E que será, durante longos anos, não apenas um dos tópicos do pensamento “latino-americanos”, mas um elemento significativo de governança dos sentidos da identidade “latino-americana”:

Pero la gravitación de esa herencia siniestra no hace temer a Bolívar que, en un a Hispanoamérica finalmente a solas consigo misma, el antagonismo entre conquistadores y conquistados, antes atenuado por su condición de víctimas de un mismo opresor, haya de desplegarse, finalmente, en combates sangrientos. Por debajo de ese antagonismo, las castas permanecen unidas por su común origen en un crimen atroz al que todas por igual deben su existencia. (Halperin Donghi, 1993, p. 748).

Os sentidos de “América Latina” são, portanto, produzidos no movimentar do político que desliza entre a repartição territorial do mundo pelos interesses dos Estados-nações europeus, sua ressignificação na direção da construção da latinidade republicana e sua reafirmação contemporânea como identidade em oposição ao mundo globalizado, industrializado e imperialista:

A preocupação com a identidade coletiva nunca encontrou repouso no que se costuma chamar ‘nossa América’, uma expressão que teve diferentes usos desde que foi cunhada na linguagem dos *criollos* ilustrados no século XVIII. Hoje nos valem dela para nos referirmos à *América Latina*. Como uma matéria resiliente capaz de sobrepor-se a todos os contrastes da experiência, a questão da identidade sempre volta. Perde alguns de seus ingredientes e simbolizadores, mas adquire outros, se refaz” (Altamirano, 2023, p. 15).

A questão da identidade “latino-americana” se transmuta em uma obsessão para nossa ensaística (Perrone-Moisés, 2007). A territorialidade empírica, a dimensão física do subcontinente, servirá como topos para alimentar inúmeras reflexões sobre o “nosso” destino em comum, sobre os traços de “nossa” identidade, “nossa” história e origem. Se há um tema que se repetirá em “nossa” história intelectual é o da identidade. O pensamento “latino-americano” *re-inventa* a “América Latina” pela fabricação/configuração da raiz da identidade coletiva fincada na imagem da supranacionalidade, a *Grande Pátria*. E é essa insistência na ruminação identitária supranacional que mostra que o significante “América Latina” não pode ser descrito pelo efeito evidência geográfica. Trata-se de uma *comunidade imaginada*, segundo

a feliz expressão de Anderson (2008), reatualizada pelo pensamento “latino-americano” que funciona como sua *comunidad interpretativa* (Fish, 1980) já que esses tais dizeres compartilhariam direções de leitura estáveis, ou melhor, estabilizadoras.

A relação entre a comunidade imaginada e a comunidade interpretativa revela como a construção da identidade “latino-americana” não se limita a realidade empírica das fronteiras geográficas, mas se expande para um espaço simbólico e discursivo que conecta, ou melhor, produz sujeitos através de uma rede de já-ditos partilhada. Essa comunidade imaginada, conforme Anderson (2008), emerge da necessidade de um pertencimento comum, onde a ideia de “América Latina” se torna um espaço de referência para múltiplas interpretações e gestos de leituras. Pertencimento este que tem seus sentidos pressurizados pela restrição negativa bolivariana (*nem todos somos americanos por direito*).

Assim, a comunidade interpretativa, como sugere Fish (1980), oferece as condições materiais no qual esses sentidos são estabilizados e legitimados, permitindo que se identifiquem com uma “história coletiva”. Portanto, a busca por uma identidade comum se torna não apenas uma obsessão intelectual, mas também um meio de afirmação e de fabricação da existência desse “povo” e dessa intelectualidade. O pensamento “latino-americano” cria as condições de enunciação de sua própria adjetivação. Com isso, inaugura-se a “América Latina” como civilização alternativa à Europa e à América do Norte. O surgimento deste discurso será essencial para o advento de uma “consciência continental-nacional” que “[...] até então havia buscado a si mesma de modo tateante e que achou, por fim, nessa expressão, o nome que a expressava – sua identidade” (Altamirano, 2023, p. 36).

Se a “América Latina” não pode comparecer como uma realidade empírica, como uma unidade referencial (até porque com a expansão do Norte a “América Latina” é inventada como uma espacialidade imaginária que sustentaria uma supranacionalidade), este significante comparece desde um emaranhado da memória da língua que o torna *presença*:

[...] el hecho cierto de que nuestra América resulta ser a esta altura el único continente cuyo nombre consagrado — América La — se lo forjó él mismo en el ejercicio de su voluntad histórica. La verdad es que ambas circunstancias, continentalidad y nacionalidad, se conjugaron al efecto. Si las fracciones latinas de los otros continentes — en cuanto latinas — no pudieron, por supuesto, sentir el apremio de una definición continental, tampoco los otros continentes — en cuanto continentes — pudieron sentir la necesidad de darse una definición nacional. Ello ocurrió, sí, con la América Latina (Ardao, 2019, p. 83).

Historicamente, o significante “América Latina” teria surgido no século XIX. Conforme Ardão (2019), o contexto é o de acirramento das tensões entre a Europa e a América (os

territórios conquistados). A antinomia se sustentava na ameaça que a Europa (Espanha e Portugal) representava para a independência dos novos Estados. A libertação era patrocinada pelas elites coloniais. O conflito envolvia majoritariamente interesses da elite europeia e da elite *criolla*. A designação “americano” comparece para designar o “nós”, em assimetria ao adversário europeu. A diferença visava demarcar não exatamente a “nossa” identidade, mas sim marcar o outro, o “europeu” como o adversário neste conflito de interesses das elites. Sendo, assim, bastava a mera designação de “americano”. É esse tensionamento que guiará as iniciativas de união da América contra a Europa.

A partir da década de 1850, a nomenclatura “América Latina” ganharia novos contornos. Tratava-se do surgimento de uma nova dimensão, das relações da “nossa América” com a Europa, por um lado e com os Estados Unidos, por outro. O dualismo América/Europa se desfaz, diante dos interesses expansionistas da América do Norte. O expansionismo norte-americano se configurava em uma ameaça ainda maior para os novos Estados da América; risco ainda maior do que a ameaça representada pelo revanchismo europeu. A ideia do caráter latino da América espanhola e portuguesa enceta o horizonte de produção da realidade histórica da latinidade supranacional.

Um dos grandes protagonistas da ampliação deste significante, com as campanhas *latino-americanista*, teria sido o diploma colombiano José María Torres Caicedo: “[...] sendo a maior figura depois de Bolívar, como verdadeiro profeta, fundador e apóstolo do latino-americanismo” (Ardao, 2019, p. 7). Na década seguinte, em 1860, o termo teria se movimentado em direção ao latinismo francês, sendo utilizado pelos ideólogos franceses da “aventura” mexicana de Napoleão III. O termo foi, então, utilizado para legitimar a intervenção francesa no México.

Ardao (2019) alude que o projeto panlatinista teria apenas ressignificado a expressão “América Latina”, em favor do expansionismo francês, mas não a inventado, como sustenta o historiador norte-americano John Phelan (1973), para quem, a nomeação da “América Latina”, oposta a “América Anglo-saxônica” teria se forjado na França, na década de 1860, fruto da intelectualidade francesa em seu intento de legitimar a expansão no México. Essa questão não é pacífica entre os historiadores.

A designação terminológica de uma espacialidade imprópria, um “subcontinente imaginário” fundado na ideia de *supranacionalidade* “fue el obligado desenlace de circunstancias históricas muy complejas, entre las que la dominante resulta ser el avance del Norte sobre el Sur del hemisferio, en la línea de la anexión de Texas, la invasión y

desmembramiento de México y las incursiones centroamericanas de Walker.” (Ardao, 2019, p. 12). Assim, temos:

[...] o conceito de América Latina surge associado à noção de ‘latinidade’, forma encontrada pelos franceses de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América, ao mesmo tempo em que confrontavam a franca expansão dos Estados Unidos. A partir de então, a designação ‘latina’, explica Mignolo: ‘foi introduzida pela intelectualidade política francesa e usada na época para traçar as fronteiras, tanto na Europa, como nas Américas, entre anglosaxônicos e latinos’ [...] (Quental, 2013, p. 64).

E, ainda:

Todavia, se a expressão *race latine* surge com o panlatinismo, o conceito de América Latina propriamente dito é formulado pela primeira vez por José Maria Torres de Caicedo, jornalista e poeta colombiano [...] Caicedo viveu praticamente toda sua vida adulta em Paris, mas conservava vínculos com sua terra natal. Diante do expansionismo territorial dos EUA, defendeu a formação de uma confederação de repúblicas latino-americana” e a base dessa união estaria na herança latina comum a esses povos. No poema *Las dos Americas*, de Caicedo, publicado no ano de 1856, em Veneza, encontra-se o primeiro registro do uso da expressão “América Latina”. As preocupações de Caicedo, no entanto, pouco tinham relação com os interesses domésticos franceses. Seus escritos eram endereçados às comunidades de língua espanhola na Europa e na América e seus projetos de articulação política não explicitavam qualquer participação francesa. Assim, a partir de um debate colocado em outro contexto geopolítico, Caicedo produz uma apropriação criativa da latinidade ao imprimir um sentido anti-imperialista à expressão, desvinculando-a dos interesses napoleônicos (Quental, 2013, p. 64-65).

Diferente de Quental, Ardao (2019) sustenta que quem esboçou pela primeira vez a imagem de uma “América Latina” teria sido o sansimonista francês Michel Chevalier, em 1836, quase duas décadas antes de Caicedo e quase três décadas antes dos ideólogos franceses de Napoleão III. Chevalier expressava com essa designação um papel que a França deveria assumir à frente dos povos da raça latina, para reequilibrar os resultados oriundos das campanhas supremacistas anglo-saxônicas. O panlatinismo francês teria em Chevalier um dos seus primeiros ideólogos. Este movimento – cujo objetivo era o de reunir os povos de línguas e culturas latinas, ganha impulso a partir do reinado de Napoleão III e devido seus interesses expansionistas na América, principalmente com a intervenção no México –passara a disputar os sentidos de “América-Latina”.

Torres Caicedo, contudo, teria sido o responsável pela ressignificação do adjetivo *latina* em um substantivo “América Latina” (Altamirano, 2023), inaugurando o “processo de autoconsciência latino-americana”. Torres Caicedo teria, então, reivindicado a latinidade não

apenas como elemento distintivo em relação aos europeus e norte-americanos, nem como elemento defensivo diante do expansionismo norte-americano, mas sim como uma raiz coletiva identitária: “Concebida como expressão de identidade – ‘nós’ - em um discurso que denunciava a expansão da república norte-americana e chamava à união defensiva contra ‘eles’, o anti-imperialismo era inerente ao conceito de América Latina” (Altamirano, 2023, p. 47).

Ainda sobre a querela genética do “latino-americanismo”, Rojas Mix (1986) chama atenção para o caráter anti-imperialista do uso do conceito de “América Latina”. Com isso, pontua que foram Torres Caicedo e Francisco Bilbao os primeiros a empregarem a expressão com essa natureza, ambos antes de 1861. Ao que parece, Bilbao utilizou a expressão alguns meses antes que ela aparecesse no poema de Torres Caicedo (Rojas Mix, 1986).

O debate, contudo, não deveria girar em torno da busca de quem primeiro teria utilizado a expressão, mas sim a respeito da matriz discursiva e ideológica que permitirá a enunciação deste signifiante: “¿Quién fue el primero en hablar de América latina?: ¿Bilbao o Torres Caicedo?, ¿quién lo escuchó de quién? o ¿a quién se lo escucharon ambos? El dilema no tiene mayor importancia. Lo que es real es que la denominación nace en el cuadro de las filosofías de la latinidad que dominaban la época” (Rojas Mix, 1986, p. 38).

Sobre o uso da expressão pelos ideólogos franceses de Napoleão III, ao desconhecer o achado de Ardao sobre Michel Chevalier, em 1836, Rojas Mix (1986, p. 38) considera que “[...] los franceses, si no la inventaron, al menos se van a encargar de divulgarla. Con ella van a intentar dar cobertura ideológica a una política”. E acrescenta: “Por eso desembarca con Maximiliano en México, para sostener la política francesa [...] En América, entre las ‘razas latinas’, los campeones del panlatinismo estaban naturalmente llamados a desempeñar un papel hegemónico” (Rojas Mix, 1986, p. 38).

Com Bilbao, a expressão ganhara um uso não apenas anti-imperialista, igualmente presente em Torres Caicedo, mas também marcadamente anticolonialista e socialista. Sendo, assim, o precursor do significado que esse conceito vai adquirir mais tarde na linguagem das esquerdas “latino-americanas” (Rojas Mix, 1986). Bilbao teria “colado” o signifiante “América Latina” ao projeto de construção de uma sociedade igualitária, justa, socialista: “[...] comienza con la crítica a la ideología del ‘progreso’. Y es probable que él sea el primero que denuncie en América los aspectos colonizadores e imperialistas de las nociones de progreso y civilización” (Rojas Mix, 1986, p. 39).

O conceito de “América-Latina” movimenta-se, com Bilbao, assumindo a posição de antagonismo em relação ao contexto imperialista e colonialista da época. Diante do imperialismo europeu e estadunidense, Bilbao evoca a “América Latina” contra o epíteto da

barbárie. É a raça “latino-americana” que seria capaz de opor-se ao *imperialismo demagógico* norte-americano e ao *imperialismo absolutista* europeu, nas definições de Bilbao. Ela seria responsável pela segunda independência, a independência que nos levaria à unidade do sul:

Esa unión que constituye las fronteras naturales y morales de la patria, porque ‘la unión es el verdadero patriotismo de los americanos del Sur’; y porque esta unión debe ser un vínculo solidario que domine el nacionalismo estrecho. Esta unión, que toma la forma de una *confederación del Sur*, regada por el Amazonas y el Plata y sombreada por los Andes, es el cuadro de la identidad americana y latina, que ha de perpetuar la raza y permitir la creación de la gran nación americana (Rojas Mix, 1986, p. 43).

O significante chave “América Latina” comparece, assim compreendo, a partir de uma concepção materialista-discursiva do espaço, como uma dimensão espacial que rege a coreografia das relações sociais, remetendo, portanto, à *totalidade do social*¹⁴ (Althusser, 1978). Isto é, à complexidade de relações sociais economicamente sobredeterminadas; colocando em jogo as relações imperiais, colonialistas, os movimentos anti-imperialistas, a ruminação identitária, as narrativas de origem, a construção de uma sociedade igualitária, a união dos Estados do Sul, a ameaça que o imperialismo dos EUA representa...

Também não se pode deixar de lado que “[...] a luta pelo nome de ‘nossa América’ foi, sobretudo, assunto das elites cultas e transcorreu em âmbitos em que se valorizava a habilidade no exercício da pena e da palavra. A universidade foi um deles [...]. Outro campo seria o da Diplomacia [...]” (Altamirano, 2023, p. 82). E foi nesse campo que se inaugurou oficialmente o nome do subcontinente, em 1948, com a institucionalização no organismo internacional das Nações Unidas, criando-se a *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL). É interessante que a “inauguração” e oficialização do termo tenha se dado com a nomeação de uma instituição que irá metonimizar a ideologia desenvolvimentista dependente.

Espacialidade que não é outra coisa a não ser a dimensão espacial da existência material das relações econômicas e sociais (Lipietz, 1979). A forma de existência material “latino-americana” rege, ou melhor, a ela lhe corresponde uma dimensão espacial que se configura como uma “[...] estructura compleja de relaciones sociales, anudadas a nivel de las instancias económicas, político-jurídicas, ideológicas” (Lipietz, 1979, p. 24).

¹⁴ O conceito de totalidade social, proposto por Althusser (1978), articula necessariamente economia, política e ideologia na definição da sociedade como complexidade de formações sociais e interações entre distintos modos de produção, dominados e dominantes. A totalidade social, conforme esse autor, é sobredeterminada em última instância pela economia. Isso não significa que a instância econômica ocuparia em todos os modos de produção o papel dominante, mas que ela seria responsável por determinar qual seria a instância que desenvolveria a dominância.

É nessa direção que penso que precisamos ir além da concepção geográfica clássica, indo ao encontro de uma concepção discursiva, sem desconsiderar que esse *significante flutuante* é atravessado por outro significante flutuante: a raça. Não devemos deixar de considerar que para o mundo europeu e norte-americano, nós, latinos, não somos ocidentais. Igualmente, tomam “latino” como uma raça não branca:

¿Qué quiero decir con ‘significante flotante’? Bien, para ponerlo en términos simples, raza es uno de los principales conceptos que organiza los grandes sistemas de clasificación de las diferencias que operan en las sociedades humanas. Y decir que raza es una categoría discursiva es reconocer que todos los intentos por fundamentar ese concepto en la ciencia, ubicando las diferencias entre las razas en el terreno de la biología o la genética, son insostenibles. Por tanto, se dice que precisamos substituir una concepción biológica de la raza por una concepción sociohistórico o cultural (Hall, 2015, p. 4).

A “América Latina” deixa de ser reduzida a uma unidade geográfica tangível para se tornar um significante mestre, um enunciado, um artefato discursivo que convola posições-sujeito, que faz movimentar no Político sentidos, afetos, fazendo ver uma heterogeneidade constitutiva que significa o Social, desde um vivido confronto ideológico-discursivo pelos sentidos de “povo”, “nação”, “resistência”, “império”, “comunidade”... Como constructo linguístico, determinado historicamente pelo agir da ideologia, a “América Latina” ressignifica a espacialidade política do contemporâneo. Significante flutuante com o qual a memória tece e remenda sua materialidade.

Tomo a “América Latina” como *espaço-discurso*, isto é, como a configuração de um espaço polêmico caracterizado pela matéria-prima ideológica que condiciona as condições materiais de produção discursiva, com eficácia sobre o político. Um espaço que governa o repetível, o regular, sendo ele também, efeito da repetição e da regularidade que pretende governar. Um espaço político montado pelos arquivos do cotidiano, que se reveste de efeito-evidência no trabalhar dos saberes de referência (jornalístico, midiático, jurídico, político, urbanístico, geográfico, histórico...): “Especificará, a um só tempo, um espaço de linguagem, não diretamente referível ao Sul empírico, mas um significante – conformante da relação necessária entre o linguístico e o político, em seus efeitos de divisão, redivisão, mescla, desfazimento, transformação etc. – com que se vai tecendo a materialidade da memória” (Santos, 2023, p. 29).

Espaço-discurso é a dimensão material-discursiva constituída pelas condições ideológicas de produção que organizam os efeitos de sentido sobre um território ou formação socioespacial. Mais do que uma referência geográfica, o *espaço-discurso* articula os efeitos de

memória, ideologia, repetição e identidade, fazendo emergir posições-sujeito e regularidades enunciativas com eficácia sobre o político e o social. Trata-se de uma espacialidade constituída discursivamente, resultante das lutas de sentidos travadas em torno de significantes mestres (como “América Latina”), e que expressa a materialidade ideológica das formações sociais.

Trata-se de um *espaço-discurso* que tenta obscurecer a existência do “[...] real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (Pêcheux, 2011, p. 228), condensantes nas metáforas políticas e históricas da “América Latina”. O que remonta às condições materiais de sua contradição política em torno da memória colonial¹⁵, sem desprezar o enquadramento específico do capitalismo “latino-americano” (dependência e subimperialismo), berço do neoliberalismo que, depois, levar-nos-á aos movimentos progressistas do século XX.

Ou seja, estamos a falar da formação socioespacial “latino-americana” contemporânea, que Milton Santos (1978; 1982) descreve como dependente e periférica. Sendo a “América Latina” um espaço, devemos considerar sua relação constitutiva com o modo de produção capitalista, visto que “Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (Santos, Milton, 1982, p. 86). Isto porque “[...] a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (p. 81). E acrescento: o espaço, ele mesmo, é, além de social, discursivo, isto é, resultante das condições de produção ideológico-discursivas. E isso não pode ser desprezado pelos estudos discursivos que tenham a “América Latina” como signifiicante político.

¹⁵ Trata-se da dependência original ou tradicional, de natureza colonial. Para Sergio Bagú (1992), seria inadequado falar em um modo de produção feudal nas formações sociais “latino-americanas”. Houve, nessas realidades, a expressão do que chamou de *capitalismo colonial*: “La colonización se inicia cuando se operan en Europa transformaciones profundas en la economía y en la estructura social, cuando el prolongado ciclo feudal se encuentra en el ocaso y el capitalismo comercial inicia su carrera frenética. Lo que surge en la América española y portuguesa no es feudalismo, sino capitalismo colonial. Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, inaugurado ya en Europa, al cual contribuyó a dar un vigor asombroso, haciendo con ello posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde. El capitalismo colonial americano es, sin embargo, un régimen de perfil equívoco con algunas manifestaciones de inspiración feudal. La economía de la América hispano-lusa, incuestionablemente colonial, nació y vivió en función, del mercado del centro-occidente europeo” (Bagú, 1992, p. 48).

Considerações finais

A “América Latina” carrega em si a memória da colonização¹⁶, da violência da “conquista”. América, *terra de Américo*. Assim esta porção geográfica foi batizada no século XVI por um círculo de pensadores humanistas europeus “[...] por considerar Américo Vespúcio o verdadeiro descobridor dessa porção do mundo habitado e habitável, ou seja, uma parte desconhecida até então do ecúmeno” (Altamirano, 2023, p. 36). “Seríamos”, então, semanticamente, *os filhos de Américo*, os herdeiros, alguns legítimos e outros ilegítimos, dos crimes da conquista. É esse “pecado” que legitimaria a “nossa” identidade (*não somos os usurpadores europeus, mas também não somos os indígenas*). Em alguma dimensão, os filhos dos conquistadores seriam vítimas, estando numa relação quase que simétrica com os primeiros habitantes, mas diferente desses, os filhos da conquista (ou seja, os *criollos*) gozam de direitos procedentes da Europa, tal qual reclamara Bolívar, em sua carta:

Bolívar buscará en ese específico pecado original hispanoamericano la justificación para el giro moderado que quiere dar a la política posrevolucionaria [...] Porque ha transformado la historia concreta de la conquista en una suerte de novela familiar que ofrece un origen unificado para todos los hispanoamericanos¹⁷, Bolívar puede a la vez reafirmar la presencia de una diferencia originaria específica de Hispanoamérica y planear su futuro a partir de preferencias normativas que no tienen nada de específico (Halperin Donghi, 1993, p. 749).

Dito isso, a “América Latina” significou muitas coisas:

¹⁶ Diferente da construção teórico-analítica de Bagú (1992), Gorender (2016) propõe que o padrão reprodutor colonial expressara, nas formações sociais “latino-americanas”, um novo modo de produção que em nada tem a ver com o modo de produção capitalista tal qual conhecemos, não sendo, portanto, uma espécie de capitalismo colonial. Trata-se de um processo no âmbito da circulação mercantil pré-capitalista. Esse novo modo de produção foi por ele denominado *escravismo colonial*: “[...] o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana. Nem ele constituiu repetição ou retorno do escravismo antigo, colocando-se em sequência ‘regular’ ao comunismo primitivo, nem resultou da conjugação sintética entre as tendências inerentes à formação social portuguesa do século XVI e às tribos indígenas. O estudo da estrutura e da dinâmica do modo de produção escravista colonial [...] demonstrará o que desde logo vem afirmado, ou seja, que se tratou de um modo de produção historicamente novo, pois a outra conclusão não cabe chegar se esse estudo puser em relevo leis específicas distintas das leis de outros modos de produção” (Gorender, 2016, p. 89). Sua discordância em relação a tese de Bagú é expressamente pontuada: “Limite-me a destacar que a atribuição de classes à sociedade escravista, ao contrário do que podia parecer, aproxima-me de Florestan Fernandes e não de Sérgio Bagú. É que Florestan, ao falar em sociedade de castas e estamentos, diz à sua maneira que não se tratava de uma sociedade capitalista e enfatiza uma particularidade real do escravismo, ao passo que Bagú, negando à sociedade colonial a existência de castas e atribuindo-lhe classes, vincula-as à sua tese sobre o capitalismo colonial, a cujo respeito já ficou evidente minha discordância” (Gorender, 2016, p. 569).

¹⁷ O termo “Hispano” é aqui utilizado, pelo autor, de forma mais ampla do que o que normalmente utilizamos. *Hispania* era o nome dado a região da Península Ibérica durante a Roma Antiga, englobando não apenas o que viria a ser Espanha, mas Portugal também. Altamirano (2023) destaca que o termo América Hispânica era usado durante o século XIX e XX para se referir ao que hoje chamamos de “América Latina”. Somente depois este termo teve seu sentido restrito aos países latinos de língua espanhola.

[...] se tornou um senso comum automático, apesar de sua inexistência e de suas conotações desagradáveis. E, por isso mesmo, o conceito merece respeito. O termo foi capaz de encarnar como o pressuposto geográfico e cultural essencial das teorias da modernização pós-Segunda Guerra Mundial; teorias que assumiram, sem questionar, a existência de uma parte latina das Américas – tradicional, católica, patrimonialista, retrógrada, confusa, violenta –, onde aplicar uma nova engenharia social. O poder do termo residia precisamente em sua capacidade de ser aceito sem questionamentos, o que era menos a pressuposição de um lugar, uma cultura e um povo como espaço de experimentação e mais a necessidade de uma ‘América’ estranha, para que a outra América pudesse se fazer a pergunta ‘espelho, espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?’ O poder do conceito de América Latina também encantou as utopias revolucionárias marxistas, a ponto de, nos anos 1970, *la revolución* e *América Latina* serem sinônimos. Então, talvez pela primeira vez, o termo foi amplamente adotado por outros que não os intelectuais e estudantes universitários. Além disso, o tipo de tratamento mais recente dado à América Latina, pós-colonial, das feridas coloniais, libertação, trans, pós, modernidade alternativa, foi, por assim dizer, um ‘más me quiere más me pega’ para a própria ideia de América Latina. O potencial do conceito como civilização singular, homogênea em sua promiscuidade universal e ontologicamente distinta de um certo paraíso presumido de mecanismo e poder, tornou-se ainda mais sedutor por meio das críticas neo-indigenistas, pós-coloniais, enfim, epistemes alternativas da ideia de América Latina (Tenorio Trillo, 2012, p. 244).

É essa a “nossa” conjuntura... “nossas” condições materiais de produção ideológico-discursiva que vão governar os dizeres da política e da economia: *colonialismo, dependência e subimperialismo e progressismos*. Essas são “nossas” condições socioespaciais de produção. Isto porque, como vimos, o capitalismo dependente, e seu correlato neoliberalismo, está desenhado para garantir a concentração de capital em pequenas frações da classe dominante, amparando os interesses do grande capital nacional e estrangeiro, ao passo que oprime a maioria da população, impondo políticas de austeridade, o aumento de impostos, políticas antinflacionárias, aumento dos preços de produtos de primeira necessidade e impondo políticas repressivas e de constrição. Não resta dúvida que o padrão de reprodução neoliberal é, ademais de superexplorador e excludente, desenhado para neutralizar o antagonismo real, uma vez que ele próprio produz as condições de emergência da sua contestação, dentro de limites seguros à continuidade do sistema capitalista (o progressismo, por exemplo), administrando a reemergência dos discursos “fascistas”, de modo a criar uma atmosfera de pânico: moral para as direitas (*destruição da família, da masculinidade, do cristianismo*), pânico político para as esquerdas (*o risco do fascismo, a destruição da civilização, o retorno da barbárie*).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ALTAMIRANO, Carlos. **A Invenção de Nossa América**: obsessões, narrativas e debates sobre a identidade da América Latina. São Paulo: EdUSP, 2023.

ALTHUSSER, Louis. **Posições I**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARDAO, Arturo. **Génesis de la idea y el nombre de América Latina**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22201/cialc.9786073015042p.2019>

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, E. et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial**: ensayo de historia comparada de América Latina. Ciudad de México: Grijalbo/CONACULTA. Col. Claves de América Latina, 1992.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latinoamericano**. Florianópolis: Insular, 2019.

BECK, Maurício. **Aurora Mexicana** – processos de resistência-revolta-revolução em lutas populares da América Latina: o exemplo do discurso zapatista. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica**: contestación de un americano meridional a un caballero de esta isla. Kingston, 6 set. 1815. Disponível em: <https://www.ensayistas.org/antologia/XIXA/bolivar/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

DONGHI HALPERIN, Tulio. Hispanoamérica en el espejo. (Reflexiones hispanoamericanas sobre hispanoamérica, de Simón Bolívar a Hernando de Soto). **Historia Mexicana**, p. 745-787, 1993.

FIDELIS, Thays Karolline dos Santos. **Estado de quarto poder brasileiro**: o subimperialismo como projeto de desenvolvimento nacional. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Alagoas, 2024.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretive communities. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

GAUDICHAUD, Frank. Conflictos, sangre y esperanzas: progresismos y movimientos populares en el torbellino de la lucha de clases latinoamericana. In: GAUDICHAUD, F.; WEBBER, J.; MODONESI, M. (Orgs.). **Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI**: ensayos de interpretación histórica. Ciudad de México: UNAM, 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HALL, Stuart. Raza, el significante flotante. **Intervenciones en estudios culturales**, v. 1, p. 9-23, 2015.

INSTITUTO Conhecimento Liberta. O que a esquerda deve fazer para recuperar o espaço perdido? [vídeo]. **YouTube**, 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-xJ3Zv1-ahE>. Acesso em: 27 out. 2024.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LIPIETZ, Alain. **El Capital y su espacio**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1979.

MALM, Andreas; Colectivo ZETKIN. **Piel blanca, combustible negro**: los peligros del fascismo fósil. Madrid: Capitán Swing, 2024.

MIX ROJAS, Miguel. Bilbao y el hallazgo de América latina: Unión continental, socialista y libertaria. **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, p. 35-47, 1986. DOI: <https://doi.org/10.3406/carav.1986.2261>

MOURA, Maria Lacerda de. **Fascismo**: filho dileto da igreja e do capital. Barricada Libertária, 2012.

OSORIO, Jaime. **Estado, biopoder, exclusión**: análisis desde la lógica del capital. Ciudad de México: Antropos, 2012.

OSWALD, Ursula. **Mercado y dependencia**. Ciudad de México: Nueva Imagen, 1979.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011.

PERPETUA, Guilherme Marini; THOMAZ JÚNIOR, Antonio; GARVEY, Brian. Reprimarização e expansão territorial das commodities agrícolas no Brasil: dinâmicas, fatores, escalas e implicações. **Revista da ANPEGE**, [S. L.], 2022. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16381>

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vira e mexe**: paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. **GEOgraphia**, v. 14, n. 27, p. 46-75, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i27.a13634>

RAMÍREZ KURI, Georgette; FIDELIS, Thays; BRANCA, Ayelén. Cambios y tendencias del capitalismo dependiente latinoamericano en la fase neoimperialista. **Reoriente**, v. 2, n. 2,

Dossiê 90 anos de Ruy Mauro Marini/50 anos de Dialética da Dependência (Parte I), 2022. DOI: <https://doi.org/10.54833/issn2764-104X.v2i2p167-191>

REDAÇÃO Brasil 247. Stédile: Lula foi escolhido pelo povo para explicar o que está acontecendo no país. **Brasil 247**, São Paulo, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/stedile-lula-foi-escolhido-pelo-povo-para-explicar-o-que-esta-acontecendo-no-pais>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1xp3ndh>

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; FELDMANN, Daniel. **O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos**. São Paulo: Elefante, 2021.

SANTOS, Iago Moura Melo. **Gestos do arquivo no Sul metafórico: da língua do(s) direito(s) LGBTQ+**. Tese (Doutorado em Letras: Linguagens e Representações), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2023.

SANTOS, Milton. **Espaço e dominação: uma abordagem marxista**. Seleção de Textos nº 4, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo, junho, p. 3-27, 1978.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **México (re)cargado: dependencia, neoliberalismo y crisis**. Ciudad de México: Itaca, 2014.

SOUZA, José dos Santos. **O sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador**. Londrina: Práxis, 2015.

TENORIO TRILLO, Mauricio. América Latina: a ideia, mais uma vez. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 14, n. 2, 2012.

VALENZUELA FEIJÓO, José. El modelo neoliberal, contenido y alternativas. **Investigación Económica**, v. 55, n. 211, p. 9-47, 1995.

VALENZUELA FEIJÓO, José et al. (Orgs). **Crisis neoliberal y alternativas de izquierda en América Latina II**. Ciudad de México: [S.N.], 2015.

Recebido em: 11 de maio de 2025
Aceito em: 14 de dezembro de 2025